

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2013

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
Em 2013, o Conselho de Administração, em conjunto com a Diretoria, revisou a missão, a visão de futuro e os valores do Grupo Neoenergia. Com essa iniciativa e face aos novos desafios apresentados para o setor energético no Brasil, o Grupo renovou seu compromisso com o desenvolvimento sustentável do país e reformulou o enunciado de sua Missão: "Ser a energia que movimenta e ilumina a vida para o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade". Essa é a razão de ser do Grupo Neoenergia. E esse compromisso se confirmou por meio dos investimentos feitos pelo Grupo na geração, transmissão e distribuição de energia. Em 2013 foram investidos R\$ 2,9 bilhões, sendo R\$ 1,6 em distribuição, R\$ 1,26 em geração e R\$ 28 milhões em transmissão.

Transformação socioeconômica nas regiões onde atua, respeito pelo cliente, foco nas pessoas, atuação sem fronteiras, integridade, sustentabilidade e criação de valor para seus acionistas. Esses valores, aliados à transparência e à solidez do Grupo Neoenergia, levaram a agência de rating S&P reafirmar, em 2013, pelo quarto ano consecutivo, sua nota máxima na escala nacional (brAAA) e grau de investimento na escala global (BBB-).

Como parte integrante deste que é um dos 40 maiores grupos econômicos do Brasil, a Geração CIII S.A. está ciente da sua contribuição para o desenvolvimento sustentável do País e preparada para prosseguir com o propósito firme de ser admirado pelos seus clientes, governo e colaboradores e reconhecido, nacionalmente, como referência em inovação, padrões de operação, qualidade de atendimento, rentabilidade e crescimento.

Marco Geovanne Tobias da Silva
Presidente do Conselho de Administração

1. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A Geração CIII S.A. ("Geração CIII ou Companhia") é uma Companhia de capital fechado estabelecida em 31 de julho de 2006, controlada 100% pela Neoenergia, com sede no Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) e possui participação de 66,2% no Consórcio Corumbá III que opera a UHE Corumbá III, localizada no estado de Goiás.

2. DESEMPENHO DO NEGÓCIO

A UHE Corumbá III localiza-se no rio Corumbá. O local do barramento se encontra cerca de 125 km de Brasília e 274 km de Goiânia. A usina possui duas unidades geradoras com turbinas Francis vertical, de 47,8MW, totalizando 96,4 MW de potência instalada. O contrato de concessão termina em 07 de novembro de 2036.

Em 2013 foi gerado o montante de 423.967,37 MWh, o qual representou 95,09% da garantia física. O fator de carga médio da Usina foi de 50,36%, produzindo 48,40 MW médios.

A diferença entre a garantia física e a energia gerada é coberta pelo mecanismo de realocação de energia (MRE), em que participam os geradores hidráulicos do país, resultando assim na maximização da utilização dos recursos hídricos. O índice de disponibilidade da Usina em 2013 foi de 95,85% e o índice de confiabilidade foi de 99,86%.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados Econômico - Financeiro - R\$ mil	2012	2013	Δ %
Receita Operacional Bruta	51.044	53.589	5,0%
Receita Operacional Líquida	45.876	48.144	4,9%
EBITDA	38.823	38.886	0,2%
Resultado do Serviço	29.899	32.025	7,1%
Resultado Financeiro - Exceto JSCP	(8.940)	(8.489)	(5,0%)
Lucro Líquido	16.541	19.914	20,4%
Ativo Total	338.817	331.872	(2,0%)
Investimento	8.323	19.783	137,7%
Dívida Bruta	112.167	100.149	(10,7%)
Dívida Líquida ¹	95.489	92.585	(3,0%)
Patrimônio Líquido	165.430	161.791	(2,2%)
Indicadores Econômico-Financeiros²			
Margem EBITDA	84,63%	80,77%	(3,86 p.p.)
Margem Líquida	36,06%	41,22%	5,17 p.p.
Dívida Líquida/EBITDA	2,460	2,381	(3,2%)

Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

¹ Dívida total líquida das disponibilidades e aplicações em títulos

² p.p. - pontos percentuais

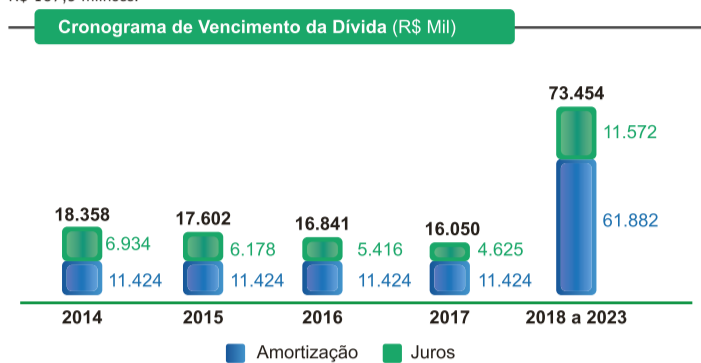
Conciliação de EBITDA - R\$ Mil	2012	2013	Δ %
Lucro Líquido	16.541	19.914	20,4%
Imposto de Renda e CSLL	7.102	5.208	(26,7%)
Receita Financeira	(1.851)	(1.295)	(30,0%)
Despesa Financeira	10.791	9.784	(9,3%)
Amortização / Depreciação	6.240	5.275	(14,4%)
EBITDA	38.823	38.886	0,2%

4. ENDIVIDAMENTO

4.1. PERFIL DA DÍVIDA

A Companhia realizou, em junho de 2010, captação de recursos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES, no valor de R\$ 150,4 milhões, prazo de 13 anos sendo 11 meses de carência para amortização do principal, com juros pagos mensalmente e custo de TJLP + 1,91% a.a.

O valor contratado já foi totalmente liberado e a dívida bruta consolidada da Companhia foi de R\$ 107,9 milhões.



5. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos nossos clientes, fornecedores, aos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

ATIVO	Notas	2013	2012	PASSIVO	Notas	2013	2012
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.564	16.678	Fornecedores	10	16.280	17.168
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	5	5.019	4.582	Empréstimos e financiamentos	11	11.724	11.756
Impostos e contribuições a recuperar	6	1.598	2.058	Salários e encargos a pagar		23	14
Despesas pagas antecipadamente		87	268	Taxas regulamentares	12	386	374
Outros ativos circulantes		-	804	Impostos e contribuições a recolher	13	3.299	5.431
TOTAL DO CIRCULANTE		14.268	24.390	Dividendos e juros sobre capital próprio	15	35.693	26.565
				Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	16	1.178	1.129
				Outros passivos circulantes		265	255
				TOTAL DO CIRCULANTE		68.848	62.692
NÃO CIRCULANTE							
Outros ativos não circulantes		122	-	Empréstimos e financiamentos	11	88.425	100.411
Investimentos	7	23.547	22.460	Taxas regulamentares	12	68	53
Imobilizado	8	284.915	282.997	Impostos e contribuições sociais diferidos	14	4.365	2.147
Intangível	9	9.020	8.970	Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	16	8.375	8.084
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		317.604	314.427	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		101.233	110.695
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18		
				Capital social		147.575	147.575
				Reservas de lucros		3.378	2.382
				Proposta de distribuição de dividendos adicional		10.838	15.473
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		161.791	165.430
TOTAL DO ATIVO		331.872	338.817	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		331.872	338.817

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Capital Social	Reserva de Lucros	Lucros / Prejuízos Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2012	147.575	1.296	5.176	16.055	170.102
Lucro líquido do exercício	-	-	16.541	-	16.541
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	(16.055)	(16.055)
Destinações:					
Reserva Legal	-	1.086	(1.086)	-	-
Dividendos obrigatório	-	-	(5.158)	-	(5.158)
Dividendos propostos	-	-	(15.473)	15.473	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	147.575	2.382	-	15.473	165.430
Lucro líquido do exercício	-	-	19.914	-	19.914
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	(15.473)	(15.473)
Destinações:					
Reserva Legal	-	993	(993)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	(8.080)	-	(8.080)
Dividendos propostos	-	-	(10.841)	10.841	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	147.575	3.375	-	10.841	161.791

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações Gerais

A GERAÇÃO CIII S.A. ("Geração CIII" ou "Companhia") é uma sociedade de propósito específico (SPE), 100% Neoenergia, constituída em 31 de julho de 2006, com o propósito de participar do Consórcio Empreendedor Corumbá III, com participação de 60%, onde também participam do consórcio a Companhia Energética de Brasília (CEB) e a Companhia Energética de Goiás (CELG), através da empresa Energética Corumbá III. As operações comerciais iniciaram em abril de 2009. A UHE Corumbá III tem capacidade instalada de 93,6 MW. Sua energia assegurada é comercializada através de contrato firmado com a Companhia Energética de Brasília (CEB) com vigência até 2036. Essa energia irá suprir 10% da demanda de Brasília, ocupando um papel estratégico no país: em caso de problemas ou crise no abastecimento de energia, será a UHE Corumbá III a responsável por garantir o abastecimento dos 3 poderes federais no Distrito Federal. O contrato de concessão termina em 07 de novembro de 2036.

Em fevereiro de 2011 foi efetuada a transferência de ações da Energética Corumbá III para a GERAÇÃO CIII, conforme acordo de acionistas para suprir o aporte do Consórcio Corumbá III. Foram transferidas ações equivalentes a participação de 15,58% no capital subscrito da empresa Energética Corumbá III.

A Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no encerramento do exercício, o qual será sanado através de integralizações de capital de acordo com as necessidades de caixa para o período.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 20 de março de 2014, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

A Companhia adota o CPC 19 (R2) Negócios em Conjuntos por tratar suas operações com o Consórcio UHE Baguari como Operações em Conjunto (*Joint Operations*).

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o registro da receita de fornecimento de energia, o registro da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento contabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social ("IR e CS") são de 25% e 9%, respectivamente.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição - RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Seu reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

2.5. Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.6. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outras contas a receber.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos a contar da data da contratação.

2.8. Contas a receber de clientes e outros

Representam direitos oriundos da venda de energia elétrica prevista em contratos de Compra e Venda Mercantil. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

2.9. Investimentos Societários

Os investimentos em controladas em conjunto e coligadas, nas quais a administração tenha influência significativa, e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controladas também são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Notas	2013	2012
RECEITA LÍQUIDA			
19		48.144	45.876
CUSTOS DOS SERVIÇOS			
20		(15.050)	(14.897)
LUCRO BRUTO		33.094	30.979
Despesas gerais e administrativas	20	(1.069)	(1.080)
Resultado de participações societárias		1.586	2.684
LUCRO OPERACIONAL		33.611	32.583
Receitas financeiras	21	1.295	1.851
Despesas financeiras	22	(9.784)	(10.791)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		25.122	23.643
Imposto de renda e contribuição social		(5.208)	(7.102)
Corrente		(2.911)	(5.033)
Diferido		(2.297)	(2.068)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		19.914	16.541
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO			
Ordinária	0,13	0,11	

A Companhia não possui outros resultados abrangentes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	2013	2012
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		
Lucro Líquido do Exercício (Antes dos Impostos)	25.122	23.643
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Depreciação e amortização	4.255	6.240
Equivalência patrimonial	(1.586)	(2.684)
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	8.024	8.899
Valor residual do ativo intangível / imobilizado baixado	-	149
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	5.381	-
Outras provisões	-	(13)
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS	41.196	36.234
Contas a receber de clientes e outros	(437)	2.441
IR e CSLL a Recuperar	459	(2.253)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(4)	80
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	499	312
Despesas pagas antecipadamente	181	(1)
Partes relacionadas	-	21
Outros ativos	682	(64)
1.380	536	
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	(888)	865
Salários e encargos a pagar	9	(8)
Encargos de dívidas e swap pagos	(8.289)	(8.945)
Taxas Regulamentares		



2.14. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendos adicionais" no patrimônio líquido.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a Companhia.

2.15. Provisões

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências ambientais, fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

2.16. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas por força de legislação ou cláusulas contratuais, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras (passivos).

2.17. Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

2.17. Normas, interpretações e alterações de normas contábeis

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC/IFRS:

Norma	Assunto
CPC 19 (R2)/IFRS 11	"Negócios em Conjunto"
CPC 26 (R1)/IAS 1	"Apresentação das Demonstrações Contábeis"
CPC 33 (R2)/IAS 19	"Benefícios a Empregados"
CPC 36 (R3)/IAS 10	"Demonstrações Consolidadas"
CPC 40 (R1)/IFRS 7	"Instrumentos Financeiros: Evidenciação"
CPC 45/IFRS 12	"Divulgações de Participações em Outras Entidades"
CPC 46/IFRS 13	"Mensuração do Valor Justo"

Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, porém não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS:

Norma	Assunto
IFRIC 21	"Taxas"
IFRS 9	"Instrumentos Financeiros"

3 Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

3.1. Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração não identificou situações que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

4 Caixa e Equivalente de Caixa

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Caixa e Depósitos bancários à vista		1.863	396
Aplicações financeiras de liquidez imediata:			
Fundos de investimento	(a)	5.701	16.282
		7.564	16.678

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

As aplicações financeiras são formadas, principalmente, por Fundos de Investimentos restritos, compostos por ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, podendo conter diversos ativos tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

a) A redução do fundo de investimento deve-se principalmente, pelo pagamento dos dividendos intermediários em dezembro de 2013 no montante de R\$ 7.000.

5 Contas a Receber de Clientes

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Títulos a receber	(a)	4.740	4.582
Comercialização de energia na CCEE		279	-
Total		5.019	4.582
Circulante		5.019	4.582

(a) Valores a receber correspondentes ao fornecimento de energia elétrica referente o contrato de compra e venda de energia elétrica com a CEB Distribuição S.A.

A composição dos prazos de vencimento dos títulos a receber é como segue:

	Saldos vincendos	31/12/13	31/12/12	Total
Sector privado	4.740	4.740	4.582	
Total	4.740	4.740	4.582	
Circulante	4.740	4.740	4.582	

6 Impostos e Contribuições a Recuperar

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Circulante			
Imposto de Renda - IR	(a)	1.058	1.442
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	(a)	526	606
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		4	2
Imposto Sobre Serviços - ISS		10	8
Total		1.598	2.058

(a) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL) antecipado corresponde aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do Artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

7 Investimento

A Geração CIII possui investimento de 15,58% na Energética Corumbá III S.A., cuja atividade operacional corresponde a geração de energia elétrica.

(a) Mutação dos investimentos:

	Saldos em 01 de janeiro de 2012	Equivalência patrimonial	Dividendos e JSCP	Saldos em 31 de dezembro de 2012	Saldos em 31 de dezembro de 2013
ENERGÉTICA CORUMBÁ III	20.088	2.684	(312)	22.460	22.460
TOTAL	20.088	2.684	(312)	22.460	22.460
	Saldos em 31 de dezembro de 2012	Equivalência patrimonial	Dividendos e JSCP	Saldos em 31 de dezembro de 2013	
ENERGÉTICA CORUMBÁ III	22.460	1.586	(499)	23.547	23.547
TOTAL	22.460	1.586	(499)	23.547	23.547

8 Imobilizado

	31/12/13		31/12/12	
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação	Depreciação amortizada acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço				
Terrenos	34,445	-	34.445	41.196
Reservatórios, barragens e adutoras	2,3%	163.307	(12.669)	150.638
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,6%	16.086	(1.311)	14.775
Máquinas e equipamentos	4,1%	60.023	(7.118)	52.905
Veículos	14,3%	50	(50)	-
Móveis e utensílios	6,3%	51	(19)	32
	273.962	(21.167)	252.795	259.042
Em curso				
Terrenos	58	-	58	184
Reservatórios, barragens e adutoras	624	-	624	269
Máquinas e equipamentos	1	-	1	-
Móveis e utensílios	1	-	1	-
Adiantamento a fornecedores	31.436	-	31.436	23.502
	32.120	-	32.120	23.955
Total	306.082	(21.167)	284.915	282.997

A movimentação do saldo do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Em serviço		Em curso		Total
	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Saldos em 01 de janeiro de 2012	266.430	(10.914)	255.516	25.465	280.981
Adições	-	-	8.154	8.154	8.154
Baixas	(69)	-	(69)	(79)	(148)
Depreciação	-	(5.961)	(5.961)	-	(5.961)
Transferências	9.556	-	9.556	(9.585)	(9.585)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	275.917	(16.875)	259.042	23.955	282.997
Adições	-	-	14.401	14.401	14.401
Baixas	(8.191)	-	(8.191)	-	(8.191)
Depreciação	-	(4.292)	(4.292)	-	(4.292)
Transferências	6.236	-	6.236	(6.236)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	273.962	(21.167)	252.795	32.120	284.915

Decorrido o prazo de vigência da concessão e de sua eventual prorrogação, os bens e instalações realizados para a geração independente de energia elétrica e vinculados a concessão passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, conforme Contrato de Concessão nº 126/2001 - MME-AHE Corumbá III de 07 de novembro de 2001 com vigência de 35 anos.

9 Intangível

Por atividade, o intangível está constituído da seguinte forma:

	31/12/13		31/12/12	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Em serviço				
Direito de uso da concessão	3%	7.107	(931)	6.176
Ágio atribuído a concessão	-	2.352	-	2.352
Direito de uso de software	20%	-	-	-
Faixa de Serviço	-	492	-	492
Total		9.951	(931)	9.020

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço		Em curso		Total
	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Obrigações especiais	
Saldos em 01 de janeiro de 2012	9.858	(855)	-	9.003	-
Adições	-	-	-	14	14
Amortizações	-	(47)	-	(47)	-
Transferências	-	-	-	-	-
- Intangíveis	14	-	-	14	(14)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	9.872	(902)	-	8.970	-
Adições	-	-	-	104	104
Baixas	(25)	-	-	(25)	-
Amortizações	-	(29)	-	-	(29)
Transferências	-	-	-	-	-
- Intangíveis	104	-	-	104	(104)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	9.951	(931)	-	9.020	-

10 Fornecedores

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é como segue:

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Fornecedores		31/12/13	31/12/12
Energia elétrica:		45	931
Terceiros		-	894
Partes relacionadas (Nota 23)		45	37
Encargos de uso da rede		112	200
Terceiros		112	200
Materiais e serviços		16.123	16.037
Terceiros		15.789	15.737
Partes relacionadas (Nota 23)		334	300
Total		16.280	17.168
Circulante		16.280	17.168

11 Empréstimos e Financiamentos

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Composição da dívida			
Moeda nacional			
BNDES FINEM	(a)	TJLP+ 1,91% a.a.	300
		11.424	96.154
		300	11.424
		96.154	107.878
		119.335	119.335

(-) Garantias de depósitos vinculados

	Principal Não circulante	Total
	(7.729)	(7.729)
	(7.168)	(7.168)
Total	300	112.167

(a) O financiamento com o BNDES foi adquirido para a construção da Usina Hidrelétrica Corumbá sendo sua amortização em 168 parcelas mensais e sucessivas, no período de 15 de junho de 2009 até 15 de maio de 2023. A remuneração é baseada na TJLP mais spread de 1,91% a.a. Os juros durante a carência foram capitalizados, incorporando-se ao principal da dívida e será exigido junto com o mesmo.

Os vencimentos das parcelas de longo prazo são como segue:

	31/12/13	31/12/12
2014	-	11.424
2015	11.424	11.424
2016	11.424	11.424
2017	11.424	11.424
2018	11.424	11.424
Após 2018	50.458	50.459
Total obrigações	96.154	107.579
(-) Garantias depósitos vinculados	(7.729)	(7.168)
Total	88.425	100.411

Segue quadro de movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Moeda nacional		Total
	Passivo circulante	Não circulante	
Saldos em 01 de janeiro de 2012	11.866	112.305	124.171
Encargos	8.834	-	8.834
Transferências	11.424	(11.424)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(20.368)	-	(20.368)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	(470)	(470)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	11.756	100.411	112.167
Encargos	8.258	-	8.258
Transferências	11.424	(11.424)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(19.714)	-	(19.714)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	(562)	(562)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	11.724	88.425	100.149

O contrato mantido com o BNDES/FINEM contém cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré estabelecidos, como segue:

BNDES FINEM - Endividamento Geração de Caixa/Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2

Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Para a operação acima foram dadas garantias de receita própria, aval/fiança da Neoenergia.

12 Taxas Regulamentares

	31/12/13	31/12/12
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	38	29
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	173	235
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	9	10
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos - CFURH	215	138



18 Patrimônio Líquido

Capital social
O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é de R\$ 147.575.
Todas as ações emitidas estão integralizadas. A Geração CIII S.A. tem somente uma classe de ações ordinárias.
A destinação do resultado está demonstrada na nota explicativa nº 15.
A composição do capital social realizado por classe de ações e principais acionistas em 31 de dezembro de 2013 é a seguinte:

	Lote de mil ações	
	Única	%
Acionista		
Neoenergia	147.575	100,00
Total	147.575	100,00

	Ações Ordinárias	
	Única	%
Acionista		
Neoenergia	147.575	100,00
Total	147.575	100,00

Reserva Legal
A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

19 Receita Líquida

	Ref.	31/12/2013	31/12/2012
Fornecimento de energia	(a)	52.718	49.267
Receita de Geração		52.718	49.267
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE		871	1.777
Total receita bruta		53.589	51.044
(-) Deduções da receita bruta	(b)	(5.445)	(5.168)
Total receita operacional líquida		48.144	45.876

(a) Fornecimento de energia conforme contrato de venda exclusivo com a CEB Distribuição S.A.
(b) Deduções da receita bruta

	Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R\$ mil	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Suprimento	1	1	267.530	268.263	52.718	49.267
Total	1	1	267.530	268.263	52.718	49.267

(*) Informação não auditada
(b) Deduções da receita bruta

	31/12/13	31/12/12
IMPOSTOS:		
PIS	(886)	(843)
COFINS	(4.071)	(3.877)
ENCARGOS SETORIAIS:		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(488)	(448)
Total	(5.445)	(5.168)

20 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Ref.	Despesas gerais e administrativas		Total	
		31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Pessoal	(a)	-	(497)	(497)	(425)
Material		-	(22)	(22)	(423)
Serviços de terceiros		(4.674)	(370)	(5.044)	(4.058)
Taxa de Fiscalização Serviço Energia Elétrica-TFSEE		(108)	-	(108)	(120)
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH		(1.284)	-	(1.284)	(1.031)
Energia elétrica comprada para revenda		(2.639)	-	(2.639)	(1.794)
Encargos de uso de rede		(877)	-	(877)	(1.331)
Depreciação e amortização		(5.272)	(3)	(5.275)	(6.240)
Arrendamentos e alugueis		(1)	(33)	(34)	(37)
Tributos		-	(7)	(7)	(19)
Outros		(195)	(137)	(332)	(499)
Total custos/despesas		(15.050)	(1.069)	(16.119)	(15.977)

(a) Abertura das contas de pessoal:

	31/12/13	31/12/12
Remunerações	(348)	(350)
Auxílio-alimentação	(40)	(20)
Convênio assistencial e outros benefícios	(27)	(8)
Rescisões	(20)	(27)
Férias e 13º salário	(31)	(9)
Plano de saúde	(11)	(11)
Total	(497)	(425)

21 Receitas Financeiras

	31/12/13	31/12/12
Receita Financeira		
Renda de aplicações financeiras	1.295	1.834
Varição monetária	-	17
Total	1.295	1.851

22 Despesas Financeiras

	31/12/13	31/12/12
Despesa Financeira		
Encargos de dívida	(8.258)	(8.979)
Varição monetária	(14)	(13)
Outras despesas financeiras	(1.512)	(1.799)
Total	(9.784)	(10.791)

23 Saldos e Transações com partes Relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref	Natureza de Operação	31/12/13		31/12/12		31/12/12	
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
ITAPEBI		Reembolso de despesa	-	1.951	-	-	1.951	-
			-	1.951	-	-	1.951	-
NC ENERGIA		Energia comprada	-	45	(1.349)	-	37	(380)
			-	45	(1.349)	-	37	(380)
NEOENERGIA SERVIÇOS	(a)	Prestação de serviço	-	-	(2.949)	-	300	(3.584)
			-	-	(2.949)	-	300	(3.584)
NO&M	(a)	Prestação de serviço	-	334	(1.031)	-	-	-
			-	334	(1.031)	-	-	-
Neoenergia S.A.		Dividendos	-	27.613	-	-	26.565	-
Juros sobre capital próprio			-	8.080	-	-	-	-
			-	35.693	-	-	26.565	-

(a) Prestação de serviço de operação e manutenção na UHE Corumbá III.

24 Gestão de Risco Financeiro

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39, e alteração da Deliberação CVM nº 684, de 30 de agosto de 2012, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 40(R1), as Companhias do Grupo efetuaram uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais e Políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo Neoenergia que foi aprovada pelo Conselho de Administração da *holding*. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem *rating* considerado estável ou muito estável.

Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - são valores considerados como mantidos para negociação e por isso classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Contas a receber de clientes e outros - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.
- Empréstimos, financiamentos

O principal propósito desse instrumento financeiro foi gerar recursos para financiar a construção da usina e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

Empréstimos, financiamentos em moeda nacional com o BNDES - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em geração de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

Valor Justo

O Valor justo de um instrumento financeiro é o montante pelo qual o mercado precifica determinados ativos e passivos financeiros, considerando o não favorecimento das partes envolvidas.

A Administração da Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Na maioria dos casos, essas operações foram fechadas com bancos de fomento ou agentes repassadores de linhas subsidiadas. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, o Grupo entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo. As *assets* possuem suas metodologias de marcação a mercado, em conformidade com o Código Anbima de Regulação e Melhores práticas.

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, o Grupo entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

O quadro a seguir apresenta o valor contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012, classificados pelas categorias de instrumentos financeiros, conforme disposto na CPC 38:

	31/12/13		31/12/12	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo financeiro (Circulante/Não circulante)				
Empréstimos e recebíveis	5.019	5.019	4.582	4.582
Contas a receber de clientes e outros	5.019	5.019	4.582	4.582
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	7.564	7.564	16.678	16.678
Caixa e equivalentes de caixa	7.564	7.564	16.678	16.678
Passivo financeiro (Circulante/Não circulante)				
Mensurado pelo custo amortizado	(116.429)	(116.429)	(129.335)	(129.335)
Fornecedores	(16.280)	(16.280)	(17.168)	(17.168)
Empréstimos e financiamentos	(100.149)	(100.149)	(112.167)	(112.167)

Hierarquia de Valor Justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação, conforme previsto na CPC 40:

Nível 1 - Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado; e
Nível 2 - Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
Nível 3 - Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presente em mercado.

	31/12/13			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos				
Ativos financeiros				
Mantidos para negociação				
Caixa e equivalentes de caixa	1.863	5.701	-	7.564
	1.863	5.701	-	7.564
Fatores de Risco				
• Riscos financeiros				
✓ Risco de taxas de juros				

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2013, aplicações financeiras atreladas ao CDI. A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	R\$ Mil		
					Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	8,05%	5.701	463	347	231
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	5,00%	100.149	(6.920)	(8.172)	(9.424)

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de câmbio vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

✓ Risco de liquidez
O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *herdage* da dívida em moeda estrangeira.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao *rating* das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro 2013 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 5.701 mil em fundos restritos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de caixa das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, fornecedores e outros, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	31/12/13						
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2014	2015	2016	2017	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos:							
Empréstimos e financiamentos	(100.149)	(100.149)	(11.424)	(11.424)	(11.424)	(11.424)	(54.453)
Fornecedores	(16.280)	(16.280)	(16.280)	-	-	-	-
• Riscos operacionais							
✓ Risco de crédito							

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de converter em caixa seus ativos financeiros.

Para os ativos financeiros oriundos da principal atividade realizada pela Companhia que é o de geração de energia, existem limitações impostas pelo ambiente regulado, onde cabe a esse agente determinar alguns processos operacionais e administrativos, dentre eles, políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes.

Para os demais ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários a companhia segue as disposições da Política de Crédito do Grupo que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação junto às instituições financeiras, centralizando as aplicações em instituições de primeira linha. As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para as empresas do Grupo Neoenergia, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

✓ Garantias e outros instrumentos de melhoria de créditos obtidos

De uma forma geral, por questões econômicas ou regulatórias, não são tomadas garantias físicas ou financeiras dos créditos obtidos nas atividades fins da Companhia, o Contas a receber de clientes e outros. Sua principal exposição de risco de crédito é oriundo da possibilidade da empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber realizando diversas ações de cobrança. Além disso, os clientes da Companhia têm firmado um Contrato de Constituição de Garantia de Pagamento e Fiel Cumprimento das Obrigações.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito devida em ativos financeiros da Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	31/12/13		31/12/12	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa			7.564	16.678
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes e outros			5.019	4.582
✓ Risco quanto à escassez de energia				
O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios, as usinas térmicas disponíveis e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê para o próximo ano um novo programa de racionamento.				

25 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

||
||
||